



**AVALIAÇÃO DA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

1. Este documento é parte integrante da 13ª revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) e tem por objetivo apresentar a situação financeira do Estado no último triênio, com ênfase no exercício de 2011, conforme os valores apresentados nos quadros anexos do Programa, de modo a contextualizar as metas e compromissos estabelecidos. Ressalte-se que a revisão da avaliação de metas e compromissos desse exercício ainda não foi finalizada e, por isso, os dados apresentados a seguir podem ser alterados.
2. Para simplificar a exposição dos dados, os montantes referir-se-ão a valores correntes e os percentuais de variação, a valores reais. O índice de preços utilizado será o IGP-DI médio anual, salvo no caso dos valores de estoque da dívida, que serão comparados utilizando-se o IGP-DI acumulado anual.
3. No exercício de 2011, o Estado apresentou resultado primário superavitário de R\$ 31 milhões, decorrente da diferença entre a receita líquida de R\$ 9.911 milhões e da despesa não financeira de R\$ 9.880 milhões. Este resultado foi influenciado pelo desempenho da receita líquida que representou crescimento de 10,14 % relativamente a 2010, pode ser explicado pelo desempenho das receitas de arrecadação própria, que representaram crescimento de 3,66% (R\$ 776 milhões), influenciado pelo crescimento de 3,15% (R\$ 644 milhões) do ICMS. Por sua vez, a despesa não financeira apresentou crescimento de apenas 0,45% (R\$ 817 milhões), em relação a 2010.
4. De forma oposta, em 2010 o Estado apresentou déficit primário de R\$ 771 milhões, e em 2009 o déficit primário foi de R\$ 435 milhões. O Estado argumentou que os resultados primários desses dois exercícios foram negativos em consequência dos resultados superavitários aliados a suficiências financeiras no período de 2003 a 2008. Assim, o Estado passou a utilizar as reservas financeiras acumuladas naquele período, incorporando-as aos orçamentos de 2009 e 2010 por meio de abertura de créditos adicionais provenientes dos superávits financeiros apurados nos balanços patrimoniais.
5. O Estado incorreu em deficiência financeira de R\$ 16 milhões em 2011, pois a soma do resultado primário com as fontes de financiamento não foi suficiente para permitir a cobertura do serviço da dívida. Resultados semelhantes aconteceram em 2010 e 2009, quando o Estado apresentou deficiências de recursos de R\$ 754 milhões e R\$ 396 milhões, respectivamente. No entanto, o Estado demonstrou em 2010 disponibilidades de caixa que superaram os encargos e despesas compromissadas a pagar.
6. A receita bruta evoluiu de R\$ 9.366 milhões em 2009 para R\$ 10.359 milhões em 2010 e alcançou R\$ 12.373 milhões em 2011, apresentando crescimento de 10,07% (R\$ 2.015 milhões) em relação a 2010. Tal aumento foi resultante principalmente das receitas de arrecadação própria, que apresentaram crescimento de 3,66%, passando de R\$ 6.216 milhões em 2010 para R\$ 6.992 milhões em 2011, em decorrência das ações fiscais desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Fazenda no âmbito das atividades de tributação, arrecadação e fiscalização. As receitas de transferências apresentaram crescimento de 14,71%, sendo que as outras receitas de transferências foram as que tiveram maior crescimento (15,24%), passando de R\$ 1.672 milhões em 2010 para R\$ 2.091 milhões em 2011.

7. Na composição da receita bruta de 2011 estão incluídas as receitas do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias – FUNDAP, que tiveram um crescimento de 37,38%, passando de R\$ 1.739 milhões em 2010 para R\$ 2.389 milhões em 2011. O FUNDAP é um incentivo financeiro de apoio às empresas exportadoras com sede no Estado, relacionado ao ICMS, porém, sua arrecadação não está incluída nas receitas de arrecadação própria para efeitos do Programa.

8. As receitas de arrecadação própria foram responsáveis, por 59,82%, 60,01% e 56,51% do total da receita bruta em 2009, 2010 e 2011, respectivamente. O ICMS, que respondeu por 86,30% das receitas de arrecadação própria em 2011, cresceu 3,15% em relação a 2010. Por sua vez, as outras receitas de arrecadação própria cresceram 6,96% em termos reais, evoluindo de R\$ 825 milhões em 2010 para R\$ 958 milhões em 2011, principalmente em função da arrecadação R\$ 345 milhões de IPVA e R\$ 216 milhões em taxas. Outra rubrica que contribuiu para o aumento das receitas de arrecadação própria foi outras receitas de capital com R\$ 144 milhões, porém trata-se de receita de leilões do FUNDAP.

9. As despesas não financeiras evoluíram de R\$ 7.931 milhões em 2009 para R\$ 9.063 milhões em 2010 e alcançaram R\$ 9.880 milhões em 2011, correspondendo a crescimento de 0,45%, em relação a 2010. Tal crescimento em 2011 é explicado principalmente pelo desempenho das despesas com pessoal que tiveram incremento de 4,17%, em 2011, compensado pela queda de 2,36% nas outras despesas correntes e de capital, que foi fortemente influenciada pela redução de 28,56% nos investimentos.

10. As despesas com pessoal foram responsáveis, por 41,99%, 43,04% e 44,63% do total da despesa não financeira em 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Em 2011, o crescimento dessas despesas deveu-se, principalmente, aos aumentos de R\$ 217 milhões (16,43%) nos gastos com inativos e pensionistas e de R\$ 111 milhões (-0,97%) com o executivo (administração direta), em relação a 2010, que representaram 23,64% e 36,37%, respectivamente, do total. Para efeitos do Programa, a despesa com inativos e pensionistas corresponde ao custo do sistema previdenciário para o tesouro estadual. O aumento das despesas com pessoal deveu-se ao impacto de três fatores: (i) aumento linear de 5,5% (cinco e meio por cento) concedido a todos os servidores estaduais, (ii) concursos homologados em 2011, com o ingresso de 2295 novos servidores na Administração Pública Estadual e (iii) pagamento do Piso Nacional do Magistério, sob a forma de complementação, aos professores cujo vencimento base situava-se abaixo daquele valor.

11. A LC Estadual nº 282, de 22 de abril de 2004, instituiu o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores (RPPS) e transferiu ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM a responsabilidade da gestão da previdência estadual. Esta gestão é efetuada mediante a segregação da massa em dois fundos: o Fundo Financeiro é destinado ao pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público estadual e aos que já recebem benefícios previdenciários do Estado até a data da publicação daquela lei complementar e o Fundo Previdenciário destinado ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressaram no serviço público após aquela data. Cada servidor contribui com 11% de seu vencimento e cada poder/órgão empregador contribui com o dobro. A taxa de administração do IPAJM é de até 1,5% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS/ES. No ano de 2011, o aporte de recursos para a cobertura do déficit no Fundo Financeiro foi de R\$ 867 milhões, enquanto o Fundo Previdenciário obteve um superávit de R\$ 168 milhões.

12. As outras despesas correntes e de capital (OCC) foram responsáveis, por 58,01% e 56,96% e 55,37% do total da despesa não financeira em 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Em

2011, a queda dessas despesas deveu-se, principalmente, à redução de 28,56% nos investimentos, apesar dos aumentos de 19,77% dos gastos com inversões e de 0,11% com outras despesas correntes, em relação a 2010, os quais representaram 19,86%, 29,51% e 47,27%, do total dessas despesas, respectivamente.

13. Os investimentos evoluíram de R\$ 1.148 milhões em 2009 para R\$ 1.401 milhões em 2010 e diminuíram para R\$ 1.086 milhões em 2011, correspondendo a 17,80%, 19,64% e 12,72% da Receita Líquida Real (RLR) nos respectivos exercícios. Os fatores que determinaram esta queda nos investimentos em 2011 foram a redução de R\$ 299 milhões (-36,10%) nas despesas com obras e instalações e a redução de R\$ 12 milhões (-15,01%) em equipamentos e material permanentes relativamente a 2010.

14. As inversões passaram de R\$ 1.242 milhões, em 2010, para R\$ 1.614 milhões em 2011. O fator responsável por este acréscimo foi a concessão de empréstimos e financiamentos com um aumento de R\$ 417 milhões (27,26%), de 2010 para 2011. Segundo o Estado, as despesas com inversões foram compostas basicamente por transferências intra-governamentais para custear inversões financeiras associadas ao FUNDAP – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias. Tal despesa guarda relação com a arrecadação do ICMS Importação, e o seu aumento foi provocado pelo incremento na arrecadação deste imposto no montante de R\$ 650 milhões em relação a 2010.

15. Com relação às outras despesas correntes (ODC), houve expansão de R\$ 2.045 milhões em 2009 para R\$ 2.380 milhões em 2010, atingindo R\$ 2.586 milhões em 2011, correspondentes a 31,73%, 33,36% e 30,28% da Receita Líquida Real (RLR) nos respectivos exercícios. As principais despesas de custeio (material de consumo, outros serviços de terceiros, material de distribuição gratuita e locação de mão de obra) em que o Tesouro Estadual possui maior poder de discricionariedade apresentaram decréscimos no período, compensadas pelos crescimentos de 12,92% na perda líquida do FUNDEB e 11,95% em outras transferências, o que explica o baixo crescimento nas ODC entre 2010 e 2011.

16. Conforme informação do Estado em nota técnica de gestão de precatórios, o estoque de precatórios, em 31.12.2011, era de R\$ 979 milhões contra R\$ 825 milhões em 31.12.2010. No exercício de 2011, o Poder Executivo repassou 2% da Receita Corrente Líquida para o Tribunal de Justiça, conforme Decreto nº 2482-R, de 09 de março de 2010, através da execução orçamentária na Unidade Gestora 800103 – Sentenças Judiciárias, totalizando R\$ 59 milhões.

17. O estoque da dívida do Estado, que era de R\$ 3.186 milhões em 31 de dezembro de 2009, passou para R\$ 3.300 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando decréscimo de 6,94%. Já o saldo em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$ 3.188 milhões, apresentando diminuição de 7,98%, em relação ao ano anterior. Na contribuição à redução do nível de endividamento do Estado destacam-se as dívidas relativas à Lei nº 9.496/97, à Lei nº 8.727/93 e aos Parcelamentos com o INSS (após 01.12.1992) que apresentaram decréscimos reais de 2,88%, 4,60% e 61,15%, respectivamente. Os decréscimos das dívidas associadas às Leis nºs 9.496/97 e 8.727/93 deveram-se, em grande medida, às amortizações ocorridas no período. A redução significativa da dívida referente aos Parcelamentos com o INSS (após 01.12.1992) deveu-se, segundo o relatório de execução, à redução do débito previdenciário constituído em nome do governo estadual à luz das disposições da Súmula Vinculante STF nº 8. O Ministério da Fazenda (MF) reconheceu administrativamente que o valor cobrado do Estado, constante do Contrato de Parcelamento Especial junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pactuado no ano de 2001, era superior ao devido.

18. Na composição da dívida estadual em 2011, a relativa à Lei nº 9.496/97 foi a de maior representatividade. Sua participação no total da dívida financeira passou de 33,93% em 2010 para 35,82% em 2011. Em seguida, aparece a dívida relativa à Lei nº 8.727/93 que, também, elevou sua participação de 23,84% para 24,71% no período considerado.

19. A relação Dívida Financeira/RLR foi de 0,50, 0,44 e 0,37 nos exercícios de 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Em 2010, a redução da relação Dívida Financeira/RLR deveu-se à queda da Dívida Financeira (7,98%) aliado ao aumento real da RLR (de 10,36%) em relação ao exercício anterior.

20. O Estado paga o serviço das dívidas relativas às Leis nºs 8.727/93 e 9.496/97 sem usufruir do limite de comprometimento de 13% da receita líquida real e, por este motivo, não acumula resíduo.

21. Quanto à gestão de riscos fiscais, os passivos contingentes, encontram-se relacionados à:

- a) Pendência do processo de liquidação das empresas: Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano – COMDUSA, da Companhia de Desenvolvimento de Projetos Especiais – CODESPE e da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola do Espírito Santo – CIDA com passivos contingentes estimados em R\$ 1,5 milhão, R\$ 55,0 milhões e R\$ 6,8 milhões, respectivamente. Nos casos acima, o recurso resultante do ativo imobilizado das Empresas em liquidação, bem como, o valor a ser destinado à Reserva de Contingência cobrirão as necessidades dessa categoria de riscos fiscais, caso venha a se confirmar; e
- b) Débitos Previdenciários do Estado junto à Receita Federal no valor de R\$ 14,0 milhões que poderão ser cobertos pelo valor destinado à Reserva de Contingência. (Lei da LDO/2013, Lei nº 9.890, de 27 de Julho de 2012).

22. A avaliação da situação financeira do Estado demonstra a importância da continuidade do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal para a manutenção do equilíbrio das finanças públicas do Estado. A revisão do Programa prevê que os déficits primários sejam limitados a R\$ 233 milhões em 2012, R\$ 1.051 milhões em 2013 e R\$ 1.135 milhões em 2014, associados a suficiências financeiras de R\$ 364 milhões em 2012, R\$ 309 milhões em 2013 e R\$ 361 milhões em 2014.

23. Nas previsões do Programa, o Estado optou por amortizar antecipadamente três contratos de dívidas (Transcol III, PEF I e Antecipação de Receitas da CESAN) com os recursos das operações de crédito em 2012, no montante de R\$ 250 milhões. Para os exercícios 2013 e 2014, o Estado optou por considerar a quase totalidade dos recursos de financiamento como correspondente despesa de investimento.


ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

